



**ITANHAÉM**  
PREFEITURA

**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**

**RESOLUÇÃO SECE Nº 01 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017**

***“Homologa a Deliberação n.º 01/2017 do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.”***

TIAGO RODRIGUES CERVANTES, Secretário de Educação, Cultura e Esportes, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente o art. 12 da Lei n.º LEI n.º 4.133, de 12 de Dezembro de 2016,

RESOLVE:

**Art. 1.º** - Homologar a Deliberação n.º 01/2017 do Conselho Municipal de Educação, aprovada em reunião plenária de 27 de setembro de 2017, que fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de instituições de educação infantil no Município de Itanhaém e dá outras providências correlatas.

**Art. 2.º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

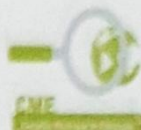
Itanhaém, 7 de dezembro de 2017.

**TIAGO RODRIGUES CERVANTES**

**Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes**



**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**  
Resolução SECE nº 01/2017 - Processo nº 7229/2017

**DELIBERAÇÃO CME Nº 01, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.**

*"Fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de instituições de educação infantil no Município de Itanhaém e dá outras providências correlatas."*

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 1º, inciso IV e 5º, inciso XV da Lei Municipal nº 2.316 de 19.09.97 e no artigo 11, inciso IV, da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996

**DELIBERA:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Os pedidos de autorização de funcionamento de instituições de educação infantil no Sistema Municipal de Ensino de Itanhaém, bem como sua supervisão, regular-se-ão por esta Deliberação.

**Art. 2º** - É de competência da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a expedição da autorização de funcionamento de instituições de educação infantil, públicas e privadas, bem como a sua supervisão, nos termos desta Deliberação.

**CAPÍTULO II**

**DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Art. 3º** - São instituições públicas e privadas de educação infantil:





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**  
**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

I. Creches, ou entidades equivalentes que oferecem educação infantil para crianças de até 03 (três) anos de idade.

II. pré-escolas, que oferecem educação infantil para crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos de idade.

§ 1º – As instituições que mantêm, simultaneamente, o atendimento a crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos em creche e de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos em pré-escola, constituirão escolas de educação infantil, com denominação própria.

§ 2º – Entende-se por instituições privadas de educação infantil aquelas enquadradas nas categorias particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 9.394/96 que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

**CAPÍTULO III**

**DA CRIAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

**Art. 4º** – Entende-se por criação o ato próprio pelo qual o mantenedor formaliza a intenção de criar e manter uma instituição de educação infantil e se compromete a sujeitar seu funcionamento às normas do respectivo sistema de ensino.

§ 1º - O ato de criação se efetiva para as instituições de educação infantil mantidas pelo poder público, por lei municipal, e, para as instituições mantidas pela iniciativa privada, por manifestação expressa do mantenedor em ato jurídico ou declaração própria.

§ 2º - O ato de criação a que se refere este artigo não autoriza o funcionamento, que depende da autorização específica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, nos termos desta Deliberação.

**Art. 5º** – Entende-se por autorização de funcionamento o ato pelo qual a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, permite o funcionamento da instituição de educação infantil, enquanto atendidas as disposições legais pertinentes.





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**  
**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

**Art. 6º** – A solicitação para autorização de funcionamento será requerida com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para início das atividades e deverá conter:

- I. requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora;
- II. identificação da instituição de educação infantil e endereço;
- III. prova da natureza jurídica da entidade mantenedora (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ), acompanhada de cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos responsáveis, se da iniciativa privada;
- IV. comprovação da propriedade do imóvel ou da sua locação ou cessão, por prazo não inferior a 1 (um) ano;
- V. planta do prédio aprovada pela Prefeitura Municipal, devidamente assinada por profissional registrado no CREA ou no CAU que será responsável pela veracidade dos dados;
- VI. laudo firmado por profissional registrado no CREA ou no CAU, responsabilizando-se pelas condições de habitabilidade e segurança e pelo uso do prédio para o fim proposto;
- VII. relação do mobiliário, equipamentos, material didático-pedagógico e acervo bibliográfico;
- VIII. proposta pedagógica;
- IX. regimento escolar.

**§ 1º** - A proposta pedagógica a que se refere o inciso XI deste artigo deverá conter no mínimo:

- I - identificação da instituição;
- II - contextualização e caracterização da escola;
- III - objetivos e metas da instituição;
- IV - concepção de educação e de práticas escolares;
- V - currículo;





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

- VI - proposta de formação continuada, atualização e aperfeiçoamento da equipe escolar;
- VII - propostas de trabalho com a comunidade escolar;
- VIII - formas de acompanhamento, avaliação e adequação da proposta pedagógica;
- IX - qualificação do diretor da escola e do corpo docente.

§ 2º - O regimento escolar a que se refere o inciso XII deste artigo deve ser elaborado de acordo com as diretrizes emanadas pelo sistema municipal de ensino.

§ 3º - As instituições públicas ficam dispensadas de cumprir as formalidades previstas neste artigo, bastando, para seu funcionamento, o ato de criação e atendimento da legislação pertinente a segurança das instalações.

**Art.7.º** – Recebido o pedido, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, autuará o processo e o encaminhará à supervisão de ensino para análise e vistoria das dependências, instalações, equipamentos e materiais.

§ 1º - A supervisão de ensino realizará a vistoria e apresentará relatório circunstanciado e conclusivo ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 2º - Caso haja necessidade de correções e ajustamentos, o pedido de autorização poderá ser baixado em diligência, concedendo-se ao interessado, para tal fim, prazo de até 60 (sessenta) dias.

§ 3º - O não cumprimento das exigências no prazo previsto no parágrafo anterior implicará no arquivamento do pedido.

§ 4º - Com base no relatório da supervisão de ensino, o titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes decidirá sobre o pedido, cabendo despacho denegatório em caso de desatendimento das exigências legais.

§ 5º - Da decisão favorável expedir-se-á a competente autorização de funcionamento, por meio de portaria expedida pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**  
**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

§ 6º - A validade da autorização de funcionamento de que trata o parágrafo anterior fica condicionada à concessão da licença de que trata o art. 126 da Lei Complementar nº 25, de 14 de dezembro de 1998, que instituiu o Código Tributário Municipal.

§ 7º - Sendo denegado o pedido de autorização, o mantenedor poderá recorrer da decisão no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, por meio de requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que decidirá no mesmo prazo, em caráter irrecorrível.

**Art. 8º** – A autorização de funcionamento será expedida com prazo de validade de 5 (cinco) anos, devendo ser obrigatoriamente renovada no final desse período.

**Parágrafo Único:** O pedido de renovação da autorização observará o estabelecido no Capítulo IV desta Deliberação.

**Art. 9º** – As instituições de educação infantil, devidamente autorizadas, deverão fixar em local visível ao público, a data da autorização de funcionamento e o órgão responsável pela sua supervisão para permitir aos usuários maior controle de qualidade de serviços prestados.

**CAPÍTULO IV**

**DA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

**Art. 10** – O pedido de renovação da autorização de funcionamento será protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do prazo de validade da autorização de funcionamento, mediante requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora.

**Art. 11** – Recebido o requerimento, este será autuado em processo e encaminhado à supervisão de ensino que produzirá relatório circunstanciado.

**Parágrafo único:** O relatório será enviado ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes que decidirá sobre o pedido, seguindo, no que couber, os demais tramites previstos no Capítulo III desta Deliberação.





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**  
**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

**CAPÍTULO V**  
**DA SUPERVISÃO**

**Art. 12** – A supervisão, que compreende o acompanhamento do processo de autorização e a avaliação sistemática do funcionamento das instituições de educação infantil é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e será feita de acordo com o que dispõe o art. 9º da Lei nº. 4.133, de 12 de Dezembro de 2016, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino de Itanhaém e dá outras providências.

**Art. 13** – À supervisão cabe também propor às autoridades competentes a instauração de diligência, sindicância ou processos administrativos, nos termos desta Deliberação.

**CAPÍTULO VI**  
**DA DILIGÊNCIA, DA SINDICÂNCIA, DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA**  
**CASSAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

**Art. 14** – O não atendimento à legislação educacional ou a ocorrência de irregularidades em instituição privada de educação infantil autorizada será objeto de instauração de diligência, sindicância e, se for o caso, processo administrativo.

**Art. 15** – A diligência, determinada pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, constitui procedimento pelo qual o Poder Público Municipal verifica e esclarece a procedência de eventuais irregularidades ou inobservância das normas estabelecidas e propõe seu saneamento.

**Art. 16** – A sindicância será instaurada toda vez que houver representação fundamentada ou denúncia circunstanciada de irregularidades, atos ou fatos anômalos, objetivando propor o seu saneamento ou a instauração de processo administrativo.





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

**Parágrafo Único:** O titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, designará comissão de sindicância, formada preferencialmente pelos supervisores de ensino, a qual deverá apresentar a conclusão dos trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis mediante justificativa fundamentada.

**Art. 17** – O processo administrativo, instaurado por ato do titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, originar-se-á de resultado da sindicância, para comprovação de irregularidade grave, assegurado o direito de ampla defesa, podendo acarretar a cassação de autorização de funcionamento, formalizado pela mesma autoridade competente.

**Parágrafo Único:** Comprovadas as irregularidades e responsabilidade da instituição privada de educação infantil, será determinada a cassação da autorização de funcionamento de que trata esta Deliberação, bem como se fará a comunicação ao setor competente visando cassar o auto de licença de localização e de funcionamento.

**CAPÍTULO VII**

**DA MUDANÇA DE ENDEREÇO, DA ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO, DA  
TRANSFERÊNCIA DE ENTIDADE MANTENEDORA, DA SUSPENSÃO  
TEMPORÁRIA E ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES**

**Art. 18** – Nos casos de mudanças de endereço, a solicitação de autorização específica será protocolada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados da data prevista para o início de funcionamento, mediante o atendimento ao art. 6.º, incisos IV, V e VI.

**Parágrafo Único:** Aplica-se, no que couber, os dispositivos estabelecidos no art. 7.º desta Deliberação.

**Art. 19** – O funcionamento de novas unidades da mesma entidade mantenedora em locais diversos da sede anteriormente autorizada dependerá de autorização específica de acordo com as exigências contidas nesta Deliberação.





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**  
**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

**Art. 20** – A alteração de denominação da instituição privada de educação infantil deverá ser solicitada pelo representante legal da entidade mantenedora, por meio de requerimento dirigido ao titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Esportes, justificando a alteração e juntando os documentos legais.

**Parágrafo Único:** O titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, publicará a respectiva portaria autorizando a alteração.

**Art. 21** – A transferência de entidade mantenedora deverá ser aprovada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento dirigido ao titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II - cópia do documento de transação: Contrato ou Termo de cessão de direitos e deveres de uma para outra entidade mantenedora, devidamente registrado no Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas;

III - declaração da entidade mantenedora anterior de que não há processo administrativo em curso, instaurado contra a instituição;

IV - cópia xerográfica autenticada do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ - da nova entidade mantenedora que assumirá os encargos;

V - declaração do novo mantenedor de que está ciente do funcionamento administrativo-pedagógico da instituição.

**Parágrafo único:** Recebida à solicitação o titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a instruirá, emitindo parecer favorável ou não.

**Art. 22** – Caberá ao titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conceder autorização para suspensão temporária de funcionamento de instituições de educação infantil, no máximo por 2 (dois) anos, a pedido do representante legal da entidade mantenedora, protocolado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a contar da data do início da suspensão.





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

**Art. 23** – O pedido referido no artigo anterior deverá ser instruído com:

- I - exposição de motivos;
- II - prazo de duração da suspensão;
- III - declaração do responsável pela instituição, informando sobre a regularidade do acervo documental;
- IV - indicação de local para a guarda do acervo documental;
- V - comprovação de que os pais ou responsáveis pelos menores atendidos foram notificados, no mínimo com 60 (sessenta) dias de antecedência da suspensão.

**Art. 24** – O não cumprimento do previsto nos artigos anteriores implicará em revogação da autorização de funcionamento da instituição.

**Art. 25** – O reinício das atividades deverá ser comunicado prévia e formalmente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e a extrapolção do prazo concedido ocasionará a revogação da autorização de funcionamento da instituição.

**Art. 26** – O encerramento das atividades deverá ser solicitado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo responsável legal, instruído com:

- I - justificativa;
- II - plano de encerramento das atividades;
- III - garantia de continuidade de estudo dos alunos matriculados;
- IV - comprovação da regularidade da documentação escolar e entrega do acervo ao órgão competente.

**Parágrafo Único:** O descumprimento do previsto neste artigo implicará na instauração de sindicância, com a aplicação das penalidades cabíveis.

**CAPÍTULO VIII**  
**DOS RECURSOS HUMANOS**





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

**Art. 27** - A direção da instituição de educação infantil, tanto creches como pré-escolas, será exercida por profissional habilitado em curso de graduação plena em pedagogia ou pós-graduação em gestão escolar, de acordo com o disposto no artigo 64 da Lei Federal 9.394/96.

**Art. 28**- As instituições de ensino deverão contar, obrigatoriamente, com professores, formados em curso de licenciatura, de graduação plena, com habilitação para o magistério na educação infantil, admitida, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal, nos termos do art. 62 da Lei Federal 9.394/96.

**CAPÍTULO IX**

**DO ESPAÇO, DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS**

**Art. 29** - Os espaços serão projetados de acordo com a proposta pedagógica da instituição de educação infantil a fim de favorecer o desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos, respeitadas as suas necessidades e capacidades.

**Art. 30** – Todo imóvel destinado à educação infantil pública ou privada dependerá da aprovação pelo Poder Público Municipal.

**§1º** - O imóvel deverá adequar-se ao fim a que se destina e atender, no que couber, às normas e especificações técnicas da legislação pertinente.

**§2º** - O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, saneamento e higiene, em total conformidade com a legislação que rege a matéria.

**Art. 31** – Os espaços internos deverão atender às diferentes funções da instituição da educação infantil e conter uma estrutura básica que contemple, no mínimo:

- I. espaço para recepção;





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

- II. salas e/ou espaços para os serviços administrativos e de apoio;
- III. salas e/ou espaços para as atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação e visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados;
- IV. refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação;
- V. instalações sanitárias completas, suficientes e adaptadas para uso das crianças, distintas das instalações destinadas ao uso dos adultos;
- VI. berçário, se for o caso, provido de berços individuais, área livre para movimentação das crianças, locais para amamentação e para higienização, com balcão e pia;
- VII. área externa para atividades compatível com a capacidade de atendimento, por turno, da instituição.

**CAPÍTULO X**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 32** – As instituições privadas de educação infantil, em funcionamento na data da publicação desta Deliberação, que não possuírem autorização de funcionamento, deverão atender as normas desta Deliberação no prazo máximo de 06 (seis) meses, findo o qual, ficarão impedidas de funcionar.

**Parágrafo Único:** As instituições de educação infantil pertencentes ao Poder Público Municipal, instaladas a partir da data de vigência desta Deliberação, deverão atender as presentes disposições.

**Art. 33-** As instituições privadas que mantêm educação infantil juntamente com outra modalidade de educação básica pertencem ao sistema estadual de ensino e o processo de autorização dar-se-á nos termos das normas estaduais.





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**  
**Resolução SECE nº 01/2017 – Processo nº 7229/2017**

**Art. 34** – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O Conselho Municipal de Educação, em sessão de 27 de setembro de 2017, aprova por (08 votos) a presente Deliberação.

Itanhaém-SP, 27 de setembro de 2017.

**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**